

Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo

Hosana dos Santos Silva

Submetido em 11 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 24 de novembro de 2017.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 55, dezembro de 2017. p. 114-129

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

17:59:59

LÍNGUA E PODER: REVISITANDO OS DEBATES ENTRE PAULINO DE BRITO E CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

LANGUAGE AND POWER: REVISITING THE DEBATES BETWEEN PAULINO DE BRITO AND CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

Hosana dos Santos Silva¹

RESUMO: Neste estudo, analisamos o debate entre o gramático brasileiro Paulino de Brito e o gramático português Cândido de Figueiredo, travado no início do século XX, acerca dos chamados *brasileirismos*. Levando em conta a importância linguística, social e histórica das discussões encaminhadas por esses letrados, bem como sua influência nos processos de assentamento da(s) variedade(s) culta(s) brasileira(s), esperamos, nesta reflexão, evidenciar que, apesar das disposições divergentes, Brito e Figueiredo compartilharam ideologias e valores próprios dos grupos letrados. Seus discursos, estabelecidos na esteira do racismo científico, cooperaram para a construção de imagens de superioridade das línguas e culturas europeias e para a desvalorização das línguas e culturas minoritárias, especialmente as africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Português Brasileiro; Paulino de Brito; Cândido de Figueiredo; racismo científico.

ABSTRACT: In this study, we analyze the debate between Brazilian grammarian Paulino de Brito and the Portuguese grammarian Cândido de Figueiredo, caught in the early twentieth century, about the so-called *brasileirismos* [Brazilianisms]. Taking into account the linguistic, social and historical importance of the discussions forwarded by these educated speakers and their influence on settlement processes of variety Brazilian culture(s), we hope, in this reflection, to show that, despite the different rules, Brito and Figueiredo shared ideologies and original own values educated groups. Their speeches, established in the wake of scientific racism, cooperated in the construction of images of superiority of European languages and cultures and to the devaluation of minority languages and cultures, especially from Africa.

KEYWORDS: Brazilian Portuguese; Paulino de Brito; Cândido de Figueiredo; scientific racism.

1. O espaço das diferenças

O fim do regime imperial não carregou o desfecho das lutas pela autoridade linguística no Brasil, fomentadas pelos nacionalismos edificadas (e em edificação) ao menos desde a consolidação da independência (cf. Pimentel Pinto, 1978; 1981). Todavia, no cenário sociocultural e político da Primeira República, as dissensões entre brasileiros e portugueses assumiram novos contornos. Nas palavras de Serpa (2000, p. 69), integrantes

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Letras da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* Guarulhos/São Paulo. E-mail: hosana.santos@unifesp.br. Algumas reflexões iniciais sobre o tema foram apresentadas em Santos Silva (2012).

de ambos os grupos passaram a explicitar “o desejo de partilhar a constituição estética do mundo sensível [...], pelo nacionalismo, na forma de existência de interesses comuns entre Brasil e Portugal”. Na prática, a presença portuguesa no Brasil não se mostraria diretamente, na administração pública, “mas nas coisas do espírito, no chamado ‘Brasil Mental’” (SERPA, 2000, p. 72).

Nesse sentido, Portugal, nação *outra*, proveria os valores necessários à sustentação do projeto civilizador brasileiro. Com efeito, a língua e a religião lusitanas funcionaram como elementos agregadores, destinados a assegurar ao Brasil alguma “cultura de civilização” (Pagotto, 1998; Lima 2003, 2008).

Essa disposição à preconização das culturas e tradições portuguesas se deve, em boa medida, à disseminação, especialmente no século XIX, de teorias e doutrinas racistas e racialistas cujos postulados produziram um retrato supositício da superioridade da raça branca, pela elevação de seus aspectos biológicos e culturais (WIERVORKA, 2007, p. 20). Na lógica das hierarquizações, Portugal disporia de atributos filogenéticos e culturais positivos, enquanto a jovem nação brasileira, de formação negra, indígena e mestiça, se classificaria como inferior e atrasada.

Tornou-se comum, naquele contexto, o exame de culturas e línguas pela pressuposição de homologia com a raça (Rodrigues, 2008; Paixão de Sousa, 2010²), o que reforçou as distinções sociais estruturantes daquela sociedade. Ocorre que, sob o modelo racial de análise, os usos linguísticos dos brasileiros ocupariam posição inferior na escala encabeçada pelas línguas europeias. Ao que parece, isso intensificou a necessidade de se forjar uma identidade linguística de algum modo filiada à tradição lusitana.

Dando continuidade a essas discussões, recapitulamos, neste estudo, alguns aspectos das dissensões entre letrados brasileiros e portugueses. Das muitas disputas linguísticas travadas nesse período, isto é, na passagem do século XIX ao XX, centramos nossa análise no debate entre o gramático brasileiro Paulino de Brito e o gramático português Cândido de Figueiredo³. Esse enfoque não é aleatório, mas se justifica pela importância social e histórica das discussões encaminhadas por esses letrados e por sua influência nos processos de assentamento da(s) variedade (s) culta (s)⁴ no Brasil.

² Esses pesquisadores discutem questões a propósito das hierarquizações linguísticas a partir de abordagens distintas. Rodrigues (2008) analisa o tupi “como via de contato e prestígio científico para o Brasil no mundo civilizado e a importância da questão linguística neste processo”. Paixão de Souza (2010) analisa, de um lado, “o discurso da identidade nacional brasileira, marcado pelo peso das relações simbólicas entre o Brasil “culto” e o Brasil “popular”; de outro, o discurso naturalista, marcado pelo peso da visão do percurso orgânico de nascimento, apogeu e decadência das línguas”.

³ Paulino de Almeida Brito nasceu em Manaus, em 09 de abril de 1859. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1889), viveu a maior parte de sua vida em Belém (PA), onde se dedicou ao magistério, ao jornalismo, à literatura e aos estudos gramaticais. Faleceu nessa mesma cidade, em 17 de julho de 1919.

Antonio Cândido de Figueiredo nasceu em Lobão da Beira (Portugal), em 19 de setembro de 1846. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1874), formou-se também em Teologia (1867), pelo Seminário de Viseu, onde foi ordenado presbítero. Todavia, abandonou a vida eclesiástica e abriu um escritório de advocacia em 1876, assumindo, paralelamente outros cargos administrativos, políticos e no magistério. Além disso, foi poeta, jornalista e gramático. Faleceu em Lisboa, em 26 de setembro de 1925.

⁴ O termo “variedade culta” se refere às variedades usadas, referendadas e legitimadas por falantes denominados cultos, isto é, falantes com alto grau de letramento. Conforme proposto em Santos Silva (2012), entendemos por usos linguísticos as variedades da língua empregadas pelo falante nas diversas situações

Nessa reflexão, procuramos evidenciar que, apesar de professarem discursos divergentes e por vezes contraditórios, Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo partilharam ideologias e valores próprios das elites letradas. Seus discursos, estabelecidos na esteira do racismo científico, cooperaram para a construção de imagens de superioridade das línguas e culturas europeias e, ao mesmo tempo, para a desvalorização das línguas e culturas minoritárias, especialmente as africanas.

Para desenvolvimento do estudo, adotamos uma perspectiva de análise interdisciplinar, com base nos resultados de pesquisas sociolinguísticas, notadamente Pimentel Pinto (1978), Mariani e Souza (1994), Pagotto (1998) e Santos Silva (2012), e sócio-históricas (SERPA, 2000; SCHWARCZ, 2001, 2008; LIMA, 2003, 2008), em diálogo com as teorias de Pierre Bourdieu (1977, 1989, 2008).

Na base dessa reflexão estão os conceitos de poder simbólico e de violência simbólica, princípios centrais na proposta bourdieusiana. É importante notar que, segundo o autor, o poder simbólico não é senão o “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo”, notadamente o mundo social (BOURDIEU, 1989). Trata-se de poder que se exerce pelo reconhecimento, portanto, não existe como coisa em si mesma, tampouco reside nos “sistemas simbólicos”, mas se configura nas (e por meio das) relações sociais de dominação, subordinação e homologia, isto é, se configura na própria estrutura de campo que garante a produção e reprodução dos capitais simbólicos:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 18).

A violência simbólica, observada como violência invisível, decursiva do poder simbólico, se impõe na relação de dominação-subordinação estabelecida entre os grupos sociais, mediante o reconhecimento e cumplicidade do sujeito dominado. Um pressuposto fundamental, nessa proposta, é o de que as diferentes classes ou grupos sociais são sempre participantes de lutas simbólicas, não somente pelos conflitos simbólicos da vida cotidiana, mas também pela “violência simbólica legítima, isto é, pela inculcação de instrumentos de

comunicativas, que são também relações de força simbólica. Usos, desse modo, pressupõem uma ação prática facultada pela inter-relação entre competência linguística (capacidade de compreender, produzir e julgar a gramaticalidade dos enunciados produzidos em uma língua) e competência social do falante (capacidade de julgar a aceitabilidade e inaceitabilidade das formas linguísticas, mediante a condição social de produção).

conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social” (BOURDIEU, 1989, p.11-12)⁵.

Acreditamos que o diálogo entre campos de estudos distintos facultará uma reflexão mais abrangente sobre as condições sociais de produção e reprodução linguísticas no início do século XX. Destarte, esperamos evidenciar que, naquela sociedade, letrados brasileiros e portugueses envolveram-se numa luta propriamente simbólica não somente pela autoridade linguística no Brasil, mas pelo direito de imporem sua visão de mundo social.

2. No campo das letras

O debate entre Figueiredo e Brito desenredou-se por meio da imprensa, nos primeiros anos do século XX. O gramático português publicava seus artigos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro⁶, enquanto o brasileiro os rebatia em “A província do Pará”. A disputa redundou nas seguintes obras: “A colocação de pronomes” (BRITO, 1907), “Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo” (BRITO, 1908) e “O problema da colocação de pronomes” (FIGUEIREDO, 1921 [1909]).

De parte a parte, os discursos produzidos por esses letrados evidenciam algumas diferenças entre o português brasileiro e o europeu, balizando o tempo-espaço material e simbólico de cada uma das línguas (ou variedades linguísticas), ao mesmo tempo em que disciplinam os limites dessa diferenciação. Impossível escapar a essa ambivalência, já que, por um lado, se buscava a autonomização linguística e cultural brasileiras, implicando a contestação das hierarquias estabelecidas no período colonial e sustentadas no correr do Império, e, por outro, se buscava o fortalecimento dos laços entre os “povos irmãos”, ainda que se tratasse de “fraternidade desigual”, firmada no postulado de superioridade lusitana (Serpa, 2000; Muller, 2007).

É nesse cenário que Cândido de Figueiredo procura “fazer crer” que Portugal exerce tutela de direito sobre a língua portuguesa:

⁵ Note-se que, na proposta de Bourdieu, os conceitos de capital simbólico, poder simbólico e violência simbólica se prendem ao conceito basilar de campo, enquanto espaço de relações objetivas no qual os agentes sociais ocupam posições distintas e socialmente determinadas. Configurado pelas lutas concorrenciais entre agentes, o campo se estrutura pela distribuição dos capitais disponíveis, o que determina as posições assumidas pelos agentes em seu seio social (ORTIZ, 1994). É no campo que circulam os capitais e estes incluem não somente riqueza material, mas todas as formas de acumulação que possibilitam a diferenciação primordial entre os agentes (títulos, reconhecimento, autoridade). Ademais, o conceito de estrutura remete ou conforma o de *habitus*, definido como disposições estáveis para agir de um determinado modo e em determinada direção. Nas relações linguísticas, “O *habitus* está relacionado à definição social do falante, mental e fisicamente, a seus modos rotineiros de falar, a sua gestualidade e ações comunicativas corporificadas [...] e às perspectivas inculcadas pelas práticas referenciais cotidianas de uma dada língua” (HANKS, 2008, p. 36). Corresponde, portanto, à disposição para dizer coisas de certo modo (e não de outro), ao ajustamento antecipado (sem antecipação consciente) ao valor objetivo de determinados tipos de usos linguísticos, às potencialidades inscritas no corpo (gestos, postura) (BOURDIEU, 2008).

⁶ Os textos de Figueiredo repercutiram no espaço brasileiro, o que desencadeou diversos escritos dispostos em resposta as suas “lições”, como os artigos de Heráclito Graça, publicados no *Correio da Manhã*.

[...] aventurei-me eu próprio a formular algumas regras sôbre a colocação de pronomes pessoais, e incluí-as em livros meus.

Estes livros chegaram ao Brasil, onde têm logrado o mais cativante acolhimento; e, como ali a linguagem vulgar faz a *colocação de pronomes* pessoais objectivos e terminativos, por uma fôrma que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa, muitos estudiosos e gramáticos brasileiros acharam oportuna a minha tentativa. Embora êles próprios, uma ou outra vez, pelo contato de corruptelas vulgares, se não hajam eximido à indevida colocação de pronomes, associaram-se aos meus esforços, e levantou-se no Brasil vigorosa campanha em favor dos direitos da língua em tal assunto. Mas, lá mesmo, êles e eu topámos tal ou qual oposição, da parte de um ou outro publicista, cujo *nativismo* os leva a aceitar como bôas e de lei estas e outras fôrmas da linguagem vulgar do Brasil:

– “Quem chamou-me?”

– “Me disseram que estavas doente.”

– “E todos levantaram-se.”

– “Ninguém atreveu-se a falar.” (FIGUEIREDO, 1921 [1909], p. 16, grifos do autor).

A posição do gramático é a de quem detém a competência legítima, naturalmente herdada de seus ascendentes. Fica em jogo, nesse caso, não somente o valor conferido aos usos linguísticos legitimados, mas também o modo de aquisição: natural e precoce, no caso português, por oposição à aprendizagem tardia e supostamente incompleta dos brasileiros.

Nessa relação de força, Paulino de Brito critica, além da lusitanidade invectiva de Cândido de Figueiredo, sua interpretação reducionista da realidade social e linguística brasileira, na medida em que desconsidera os traços próprios dessa cultura. Segundo Brito, as análises linguísticas propostas pelo gramático lusitano denotariam um julgamento depreciativo dos usos linguísticos dos bons escritores brasileiros, perturbando profundamente “*a posse mansa, pacífica e imemorial de colocar os pronomes no Brasil*” (BRITO, 1908, apud Figueiredo, 1921, p. 23 grifo nosso).

Cândido de Figueiredo, por sua vez, acusa Paulino de Brito de insurgir-se contra as regras “naturais da língua”, avançando na contramão dos julgamentos linguísticos de grandes escritores, incluindo Tomás Antônio Gonzaga, Gonçalves Dias, Castro Alves, Machado de Assis, além, evidentemente, dos ilustres literatos lusitanos. Nesse sentido, suas alegações se revestem de aspectos em que se sugerem a ilegitimidade do gramático brasileiro e a incongruência das normas linguísticas por ele defendidas.

Nessa disputa, Brito empenha-se na revisão das posições assumidas pelos letrados lusitanos no espaço social brasileiro. Desse modo, recorre a estratégias de desqualificação semelhantes àquelas empregadas por seu interlocutor, isto é, não somente rejeita a legitimidade do discurso de Cândido de Figueiredo, mas também acusa a inobjetividade de sua gramática, constituída, segundo Brito, de princípios voláteis e redutíveis à avaliação do próprio gramático:

Todas as vezes que encontrar o pronome antes do verbo, concluirá que o termo antecedente o attrahio; vindo depois, não attrahio; e se vier umas vezes antes e outras depois, attrahio e não attrahio. Poderá ainda acontecer que o pronome ocorra mais vezes antes que depois do verbo: ficará tirado a limpo que a palavra precedente o attrahe normalmente, e anormalmente não attrahe [...].

No catalogar dessa multidão de casos é que surgirá porventura a magna dificuldade: como as categorias grammaticaes foram postas de banda, e o

operador terá de jogar com todo o acervo do vocabulário (segundo o tal “caminho ainda não indicado”), a generalização tornar-se-ha impraticável, será mister uma regra, ou mais, para cada termo, e aí a complicação e a superabundância tocarão ao cúmulo, para não dizer o infinito.

Tranquilizemo-nos, porém. Não há probabilidade alguma de chegar o conceituado escriptor a enriquecer a nossa literatura gramatical com esse poderoso invictório á monomania e ao suicídio (BRITO, 1908, p. 6).

Nesse sentido, o gramático brasileiro fundamenta seus argumentos nos discursos geo-históricos que lhes são subjacentes. Assim, seu discurso é tanto mais eficaz quanto mais reitera os limites e as diferenças entre os usos linguísticos de brasileiros e portugueses. Isso não quer dizer, entretanto, que Brito objete a legitimidade das variedades cultas. Antes, seu objetivo é tão somente prover espaço para os *brasileirismos*, isto é, para os usos linguísticos próprios dos brasileiros; não todos os usos linguísticos, mas aqueles que “não se possam considerar incorretos”. A ação de legitimação dos *brasileirismos*⁷ implica o alinhamento das condições sociais de produção e reprodução linguísticas e de reprodução dos produtores e consumidores (nos termos de Bourdieu, 1977) nesse espaço social.

É interessante verificar que, nesse caso, a língua portuguesa, única língua oficializada no Brasil, não sofre desvalorização. Ao contrário, o “exercício dialógico” entre os dois gramáticos coopera para firmamento da crença em seu valor, à medida que reafirma a legitimidade das variedades cultas. A defesa dos *brasileirismos*, conforme empreendida por Paulino de Brito, não contradiz o discurso normativo ajustado pelos gramáticos, pois, apesar de redefinir os limites entre o culto e o não culto, alargando o espaço da variedade culta brasileira, não prevê a legitimação dos usos linguísticos dos grupos sociais não escolarizados⁸:

Há *brasileirismos* e *brasileirismos*. Os que são erros, não tem defesa, mesmo sendo de uso frequente por ignorância ou por desídia.

E o que se dá como o emprego do pronome nominativo como complemento: comquanto commum na linguagem popular e familiar, nunca adoptado pelos nossos escriptores, em cujas obras de balde o Sr. Cândido de Figueiredo procurará “tragam elle – eu vi elle” e outras semelhantes expressões, manifestadamente incorrectas.

Se os *brasileirismos* de collocação, de que nos occupamos, fossem desta ordem, a discussão seria ociosa, não havendo a menor dúvida que deveriam ser proscriptos da boa linguagem; mas não o são, isto é, não são *incorecções*, e o Sr. Cândido de Figueiredo com toda a sua invejável erudição, ainda não arranjou, para provar o contrário, cousa melhor que o tal “é erro porque é erro” ou “é erro porque em Portugal não se usa” (BRITO, 1908, p. 36-37, grifo do autor).

⁷ Note-se que o termo *brasileirismo*, nesse contexto, se opõe a “*lusitanismos de linguagem*”, expressão especialmente importante, não somente porque designa os fatos linguísticos observados como peculiares do português europeu, delimitando seu espaço social e geográfico, mas porque controverte a ideia de unidade linguística entre Brasil e Portugal.

⁸ Vários estudiosos (cf. Pagotto, 1998; Bagno, 2004; Faraco, 2008; Santos Silva, 2012) evidenciam que, na história brasileira, nunca houve quem reivindicasse a legitimidade dos usos linguísticos dos grupos não escolarizados.

Digamos, portanto, que, na trilha dos brasileirismos socioculturais e linguísticos, o que as elites culturais brasileiras, em geral, e Paulino de Brito, em particular, defendem são os usos linguísticos dos grupos letrados nacionais. Daí as gramáticas de Brito e Figueiredo convergirem em vários pontos. Conforme se vê, o uso de pronome lexical em posição de objeto foi analisado, por ambos os gramáticos, como erro grosseiro, motivado pelo desconhecimento e incultura.

Dos usos linguísticos condenados pelos lusitanos e aceitos por uma parcela dos brasileiros, podemos citar a ênclise em orações dependentes (relativas, clivadas, completivas, adjuntas) finitas em orações interrogativas e em orações negativas. Isso porque, na cartilha avalizada por Figueiredo (entre outros gramáticos portugueses e brasileiros)⁹, em presença de “palavras atratoras” (conjunções subordinativas, relativizadores, quantificadores, focalizadores, certos advérbios, operador de negação oracional etc.) a próclise torna-se obrigatória. Contudo, no ajustamento proposto por Brito, o que se define, entre os gramáticos lusitanos, como “construções piores que defeituosas, inauditas e incompreensíveis” (FIGUEIREDO, 1921 [1909]), apresentam-se como modos de dizer próprios dos brasileiros e, ainda mais, como um indicativo de sua autonomia linguística:

[...] no portuguez do Brasil “espero que *me faça* o favor” e “espero que *faça-me* o favor” são equipotentes; tanto se diz “não *lembrou-se* do recado” como “não se lembrou do recado”. No portuguez da Europa não se nota a mesma liberdade: *diz-se* invariavelmente “espero que *me faça* o favor – não *se lembrou* do recado”, sempre com o pronome antes do verbo.

O Sr. Cândido de Figueiredo, com uma dóse de orgulho nacional que não censuramos, mas até invejamos para os nossos patricios, entendeu e ensinou que d’aquelas duas maneiras de falar dos brasileiros só uma era legítima – a usada pelos portuguezes, devendo a outra ser condemnada e banida como êrro crasso.

Ora, quer a construção direta, quer a transposta, são legítimas. Tão correcto é dizer “espero que *faça* a Paulo este favor” como espero que a Paulo *faça* este favor; e isto se reduz, nos exemplos propostos, a collocação dos pronomes: n’um caso depois do verbo, porque a construção é directa; n’outro antes, por ser transposta.

Onde, pois, a incorrecção de uma d’essas formas? No facto de não ser empregada pelos portuguezes? (BRITO, 1908, p. 12-13).

Reiteramos que a argumentação de Brito não encontra fundamentação somente nas fronteiras regionais, políticas e simbólicas que separam Brasil e Portugal, mas, sobretudo, na noção de que o português do Brasil, já naquele momento, distanciava-se suficientemente do português europeu. Em suas palavras, “o portuguez, não sendo uma língua morta, caso em que as línguas se immobilizam, se há de alterar no tempo e no espaço, queiram ou não

⁹ Note-se que somente algumas regras de colocação pronominal se repetem nas diversas gramáticas em circulação nesse período. Nesse sentido, fica em destaque a regra de restrição ao clítico em início de frase (cf. Júlio Ribeiro, 1881; João Ribeiro, 1889). Para uma breve análise dessa regra de ordenação nas gramáticas do final do XIX e início do XX, ver [Santos Silva, 2012].

queiram, e no Brasil essa alteração se fará de accôrdo com as condições do meio em que vivemos” Brito (1907, p. 13)¹⁰.

Na análise proposta pelo gramático brasileiro, são as diferenças fonéticas e prosódicas entre o português europeu e o português do Brasil que melhor justificariam a frequência de construções enclíticas em contextos em que os portugueses preferem próclise. A esse respeito, Paulino de Brito (1908, p. 17) formula a hipótese de que a ênclise em presença de palavras atratoras é muitas vezes desencadeada com o fim de evitar as “indecorosas cacofonias”, como em “*o homem que se supõe bem collocado*”.

Essa proposição está presente em estudos de outros gramáticos, como o de Said Ali (1908), segundo o qual a regra da atração deve ser relativizada, pois, no Brasil, o *que* (relativo e conjuntivo) e o *se* (conjuntivo) são pronunciados mais fortemente do que em Portugal, desobrigando o avizinhamo aos pronomes complementos. O mesmo ocorreria com as demais conjunções e locuções subordinativas, estendendo-se às construções negativas.

Antes de encerrarmos essa seção, resta esclarecer que, na bibliografia sociolinguística brasileira (Lobo, 2001; Carneiro, 2005; Martins, 2009, entre outros), a frequência de construções enclíticas em domínios sintáticos caracterizados pelo padrão proclítico são comumente analisadas como casos de hipercorreção. Entretanto, conforme observamos em Santos Silva (2012), nesse quadro sócio-histórico e linguístico em que se assiste ao agravamento da luta pelo domínio das representações sociais, a interpretação desses usos linguísticos como parte de um trabalho de hipercorreção é um erro vulgar de cronologia.

É necessário lembrar que os processos hipercorretivos se inscrevem na lógica da pretensão, fazendo com que os diversos interlocutores, distribuídos de forma desigual nos espaços sociais, busquem o lucro advindo da produção linguística socialmente valorizada (Bourdieu, 2008 [1987]). Entretanto, no Brasil republicano, em que pese a interferência lusitana, quem assume as rédeas dos processos de normatização linguística são os brasileiros. Isso é outro modo de dizer que as variedades cultas propriamente brasileiras se concretizam na medida em que os usos linguísticos dos diferentes grupos sociais são justapostos, avaliados e classificados pelas elites culturais e políticas, mediante critérios socioculturais, históricos, políticos e econômicos concernentes ao Brasil, e não a Portugal (SANTOS SILVA, 2012). Desse modo, apesar do valor atribuído à norma linguística europeia e, mesmo por isso, à influência dessa norma nos usos linguísticos dos brasileiros, não se estabelecem as condições sociais e linguísticas necessárias ao desencadeamento da hipercorreção entre os falantes cultos, pois são esses mesmos falantes que controlam os esquemas de produção e de reprodução linguísticas (SANTOS SILVA, 2012).

¹⁰ Nesse sentido, em que pese o padrão sintático enclítico do português europeu, configurado ao menos desde o século XVIII (GALVEZ et. al, 2005), e da variedade culta do português brasileiro, legitimada por Paulino de Brito, podemos dizer que não há alinhamento entre os usos linguísticos de lusitanos e brasileiros, pois a generalização da ênclise nos textos das elites brasileiras parece se apresentar como um movimento consciente de afastamento com relação ao modelo português (OLIVEIRA, 2011; SANTOS SILVA, 2012; SILVA E OLIVEIRA, 2015).

Conforme fizemos notar anteriormente, o discurso de Paulino de Brito esclarece os princípios dessas relações, na medida em que ressalta o fato de que a frequência de uso, entre brasileiros cultos, de variantes linguísticas incomuns em Portugal é condicionada pela posição ocupada por esses falantes no espaço social, bem como as suas ações em prol da emancipação cultural e linguística brasileiras, de acordo com a especificidade de seu projeto nacionalista.

3. Na esteira do racismo científico

Outro ponto importante a sublinhar nos debates entre Brito e Figueiredo diz respeito ao aspecto da análise que transcreve as relações sociolinguísticas em termos de raça. Nessas leituras, as variedades orais do português do Brasil, de antemão avaliadas como construções linguísticas incorretas, são comumente definidas como “*língua de roça*”, “*língua de gente selvagem*”, “*língua de gente inculta*”, “*língua incivilizada*” e, sobretudo, “*língua de preto*”.

É certo que essa deturpação encontra fundamento nas doutrinas racistas e racialistas, importadas tardiamente da Europa e, conforme propõe DaMatta (1987), transformadas em doutrinas explicativas da realidade brasileira¹¹. No início do século XX, notadamente por sua formação negra e mestiça, o Brasil ainda era observado como um país inferior aos demais países europeus e mesmo americanos (SCHWARCZ, 2008, p. 11-12). Na perspectiva da época, em que os negros e mestiços eram caracterizados como inferiores, “pelo peso da escravidão sobre a sua formação moral e, sobretudo, por sua origem racial” (AZEVEDO, 1987, p. 253-254), o branqueamento da população se afigurou como solução plausível para o desenvolvimento da nação brasileira (SCHWARCZ, 2008, p. 11-12). Para a plêiade de intelectuais, o Brasil se apresentava como uma sociedade em transição, em cujas raças miscigenadas, “passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (quicá milagrosa)”, se transmudaria, em algum momento, em uma sociedade branca (SCHWARCZ, 2008, p. 12).

Esse contorno racista, constantemente refrisado – ao menos entre 1870 e 1930 –, alcança as diversas esferas dos debates públicos, inclusive o campo das Letras. Na convergência do racismo científico, além do plano prático mais imediato, que visa arranjar um lugar para a variedade culta brasileira, torna-se necessária a depuração do português do Brasil.

Nisso se constrói o sentido do discurso de Cândido de Figueiredo (1921 [1909], p. 7), quando este propõe que os brasileirismos “não são nem foram nunca [construções] portuguesas, são crioulas, como crioulas são também as mais das particularidades da pronúncia brasileira, que das de Portugal se afastam [...]”.

Paulino de Brito pondera essas críticas de Figueiredo pela negativa, buscando uma genealogia mais positiva para a língua brasileira, pela ressignificação da mestiçagem e pela rejeição das matrizes africanas:

¹¹ Schwarcz (2001, p. 40) também observa que, no século XIX, vários teóricos estrangeiros, implicados em teorias deterministas raciais, elaboraram análises sobre a “realidade brasileira”, acomodando, pelo discurso, a população de negros nesse sistema social de disposições e oportunidades desiguais.

A língua portugueza não se introduziu e propagou no Brasil pela forma que elle [Cândido de Figueiredo] supõe [...]. Não dos africanos nem dos degredados que as justiças de El-Rei para cá mandavam, recebemos nós a língua que falamos. Os primeiros preceptores do portuguez no Brasil foram os missionários, luminares de sciencia [...]. Assim, o movimento da aproximação para o latim culto, que imprimiam então na língua os quinhentistas, encontrava na colônia disposições muito mais favoraveis que na metropole, onde havia os costumes e tradições vernaculares a vencer.

Em contacto com os seus parentes, os jovens seminaristas indigenas lhes foram transmitindo o seu portuguez, onde abundavam os latinismos, e eis ahí como a linguagem do Brasil chegou a apresentar modalidades de limpíssima origem, porém extranhas ao fallar europeu.

Os africanos já encontraram esse trabalho concluído. O seu contacto não alterou a estrutura da nossa phrase, apenas enriqueceu-nos o vocabulário com alguns novos termos, em geral familiares, e não agrícolas como devia ter acontecido na *língua das roças*, descoberta pelo Sr. Cândido de Figueiredo (BRITO, 1908, p. 30, grifo do autor).

Ao buscar no português quinhentista e no latim uma linhagem positiva para o português do Brasil, Brito valida as hierarquizações sociais e linguísticas estabelecidas naquela sociedade, com evidente desvalorização das línguas e culturas africanas (Santos Silva, 2012).

A collocação do pronome atonico em princípio da phrase é uma liberdade filha da construcção latina, e tanto o é que se observa em todas as línguas romanicas, com excepção do portuguez da Europa [...].

Se o portuguez é oriundo do latim, não precisamos de roer as unhas até ao sabugo para descobrir d'onde nos veio um uso, que é commum ao latim e aos dialectos delle derivados.

A questão, verdadeiramente, não é encontrar a razão porque nós, brasileiros, assim falamos, mas a razão por que os nossos irmãos de além-mar assim não falam.

Nós estamos neste ponto em muito boa camaradagem: francezes, hespanhoes, italianos... *podemos dispensar os pretinhos* do illustrado academico.” (BRITO, 1908, p. 30-31, grifo nosso).

Nessa ressalva, não somente a língua, mas os letrados brasileiros estariam resguardados pelo projeto civilizador, porque herdeiros de cultura mais antiga – a língua latina ou o português clássico. Disso resulta a insistência no processo de “depuração linguística”, encaminhado por Paulino de Brito, pelo trabalho de diferenciação entre o português *incorreto* e *deformado* empregado pela gente inculta e os “*brasileirismos*” legítimos em sua branquidade:

Bem sabemos que nas discussões [a respeito dos ditos *brasileirismos*] costuma ser assim: em regra, o que diz este que é preto, affirma aquelle que é branco, e o que este proclama de uma brancura ideal, aquelle classifica de negro. Desta vez, porém, falhou a regra, porque sustentamos que *a maneira de collocar pronomes á brasileira, e a maneira de collocar pronomes á portugueza... ambas são brancas.*” (BRITO, 1908, p. 42, grifo nosso).

Os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo incorporaram todas as tensões e vícios da estrutura sociocultural e político-econômica estruturantes das relações sociais na primeira República. Embora cada um dos debatedores estivesse interessado em um modo de classificação e de representação social sobre a linguagem, ambos se reuniram pela mesma estrutura hierarquizada, em que os grupos dominantes validam seus sistemas de conhecimento, desprezando os saberes, valores e culturas dos grupos minoritários.

Vale notar, por fim, que a tese conservadora segundo a qual o português do Brasil teria se originado do português clássico prevaleceu, animada por boa parte dos letrados brasileiros, ao menos até a primeira metade do século XX. À época, conforme propõe Paixão de Souza (2010), em que pesem as oposições entre internalistas e externalistas (crioulistas), tanto os que admitem a influência do contato na formação da variedade “popular” do português do Brasil, quanto os que defendem a tese conservadora, cultivam uma visão de língua e sociedade que contribui para manutenção das hierarquias linguísticas e, conseqüentemente, para preservação do valor conferido à variedade culta da língua portuguesa, observada enquanto *língua nacional* “imune aos abalos oriundos do contato”. Nesse concerto, o que resta é uma língua fracionada, distribuída de forma desigual nos espaços sociais:

[...] há *um certo português do Brasil* que é fruto genético direto da língua clássica do século XVI, e *um outro português do Brasil* que é fruto do contato dessa língua com as populações “alóglotas”. O primeiro é o português “culto” (fundamentalmente, um português “branco”), no qual as análises enxergam a base para defender o elemento conservador da língua brasileira. Na descrição desta variante, encontramos termos como “riqueza”, “complexidade”, “sutileza”. Chamemos a esse eixo o eixo da *herança*: dos brancos colonizadores, herdamos a língua. O segundo, o “outro” português do Brasil, é o “popular” (fundamentalmente, um português “negro”), no qual as análises enxergam os efeitos de uma interferência negativa – que, como vimos, aparece como um impacto redutor, não agregador. Na descrição desta variante, encontramos termos como “empobrecimento”, “simplificação”, “redução”. Chamemos a esse eixo o eixo da *perda*: dos índios e negros, não herdamos nada – restam-nos apenas “cicatrices” e ausências (de estruturas, de consoantes, de flexões...). Entre essas *heranças* e essas *perdas*, constituem-se o discurso sobre a formação linguística do Brasil (que, para além de um discurso sobre a língua, configura-se como um discurso sobre a sociedade) e o discurso do “reajustamento linguístico” (que, para além de um desejo sobre o futuro da língua, revela um desejo sobre o futuro da sociedade) (PAIXÃO DE SOUZA, 2010, p. 118, grifos da autora).

4. O debate (não) encerrado

Está claro que desde os primeiros movimentos para consolidação do Estado-nação até meados do século XX, os debates acerca da língua do Brasil ocuparam importante espaço no cenário político e sociocultural brasileiro (Pimentel Pinto, 1978; 1981).

Nesse debate não encerrado, é especialmente relevante a discussão proposta em julho de 1946, por ocasião da 111ª sessão da Assembleia Constituinte. À época, cerca de quarenta anos após os embates de Brito e Figueiredo, os senadores brasileiros evocaram os nomes desses dois gramáticos para sustentar seus argumentos em favor ou contra a emenda

nº 3.663, de autoria de Oto Prazeres e assinada pelo preclaro Soares Filho, “seguida por duzentas e muitas outras figuras de outros nobres colegas” (p.87). Nas palavras de Aureliano Leite, responsável por encaminhar as discussões, tal emenda pretendia incluir na nova constituição “o atentado inominável de mudar o nome do idioma que falamos para *língua brasileira*”.

Repetindo os velhos discursos sobre a língua do Brasil, esses letrados ou apoiavam a alteração do nome da língua, mantendo no centro do debate o projeto nacionalista brasileiro e o que ele defendia, incorporava e concretizava, ou rejeitavam a proposta de mudança, reinscrevendo o argumento de que não havia diferença substancial entre o português do Brasil e o europeu que justificasse a alteração no nome da língua:

[...] desejo mostrar, em breves palavras, lendo trechos de um de meus velhos discursos, como encarei o projeto de ponto de vista linguístico ou glotológico.

"Sem querer eu de forma alguma referir-me aos restos de línguas aborígenes que se praticam nas regiões extremas e inhospitas da nossa terra, muito menos à língua geral dos paulistas, mencionada pelo Padre Antônio Vieira e um dia d'êstes invocada pitorescamente neste plenário, em proclamações mimeografadas aos paulistas, não posso furtar-me a esta pergunta: Existirá, de fato, uma língua brasileira?

Talvez que sim. Mas não é a em que falam os homens educados. Não é a em que nós, Deputados do Parlamento, nos exprimimos mesmo na intimidade. Não é a em que oramos e escrevemos. Não é a com que convivem e conviveram os nossos maiores prosadores e poetas.[...] Não é, enfim, a língua com que se edificou o nosso já considerável patrimônio literário.

Mas é, excetuando as vozes primitivas, da Nação, é aquele dialeto caipira estudado por Amadeu Amaral. E outros dialetos regionalistas, é ainda a meia-língua do poviléio das cidades, o idioma corrompido, a fala vil, a gíria, o calão o caçange. Bem de ver que chamo caçange, não ao expressar da tribu livre dos Caçangas da África, ou ao que se pareça com as suas vozes, mas a tôda língua, seja de que país fôr, mal falada ou escrita. Chamo caçange como poderia chamar macarrônica, sem alusão ao que se pareça com o italiano...

Também, como nós, todos os outros países modernos, formaram o seu caçange, paralelamente com a linguagem nobre (Discurso proferido por Aureliano Leite, sessão de 23 de julho de 1946. In: Anais da Assembleia Constituinte de 1946. 110ª Sessão, em 23 de julho de 1946, p. 89-90).

Pará além do exercício retórico, Aureliano Leite não nega a existência dos brasileirismos (não os cultos, mas aqueles próprios dos grupos não letrados), entretanto, os desqualifica, lançando mão de um conjunto de esquemas classificatórios (nos termos de Bourdieu, 1989), que se expressam nas oposições entre “língua que falam os homens educados” e “meia-língua do poviléio”, “língua dos poetas” e “idioma corrompido”, “língua de edificação do patrimônio literário” e “fala vil”, “língua nobre” e “caçange”. Essas classificações certamente refletem as divisões objetivas que organizam essa sociedade: negro e branco; rico e pobre; culto e inculto etc. É por isso que Aureliano Leite retoma o discurso de Paulino de Brito para novamente observar que as diferenças entre a variedade culta do português europeu e a variedade culta do português do Brasil não passariam de divergências autorizadas pelo caráter e gênio da língua, como parte “da riqueza, da ductilidade, da bizarrria do nosso instrumento de expressão”:

[...] Note-se que nesse outro tão complicado capítulo gramatical, a colocação de pronomes, uma assombração para moços e velhos, não é possível seguir-se mais o raciocínio inventado pela imaginação da maioria dos gramaticólogos, com as cerebrinas regras de atração das partículas – uma espécie assim de lei de Newton, ou, segundo a pitoresca imagem do autorizado professor Sr. Paulino de Brito, "tal como a giboia atrai o inocente passarinho ... "

O Sr. Paulino de Brito, em sucessivos artigos publicados, entre 1906 e 1907, na "Província do Pará", combateu o Sr. Cândido de Figueiredo, João Ribeiro, e o próprio Rui Barbosa, mostrando a esses três "golias" da inteligência que o preceito do mínimo esforço, o qual, ao lado das duas outras leis glotológicas: a da fixação das tônicas e de analogia, presidem às modificações inconscientes e graduais porque passam formas e sons, também disciplina e regula a colocação dos pronomes oblíquos (Discurso proferido por Aureliano Leite, sessão de 23 de julho de 1946. In: Anais da Assembleia Constituinte de 1946. 110ª Sessão, em 23 de julho de 1946, p. 93).

É certo que não é a língua em si o ponto de antinomia, mas o que ela significa e representa simbolicamente. É por isso que os argumentos contrários aos chamados brasileirismos recaem, também, sobre aqueles que visam a sua legitimação.

O Sr. Ubaldo. Ramallete – Um escritor do Pará, cujo nome não me acode reuniu em uma memória mil e tantos vocábulos criados no Brasil, colhidos todos nas obras de Rui Barbosa. [...]

O Sr. Ribeiro Júnior – O orador se referiu a Paulino de Brito. Para Cândido Figueiredo, entretanto, Paulino de Brito não valia por um aluno de primeiras letras. Quem conhece as obras de Cândido de Figueiredo, sabe da surra formidável que deu nesse pseudo filólogo.

O Sr. Aureliano Leite – Não penso da mesma forma, nem os ilustres Deputados. Tanto assim que estamos debatendo esse grande nome de Paulino de Brito (Anais da Assembleia Constituinte de 1946. 110ª Sessão, em 23 de julho de 1946, p. 93).

5. Considerações finais

Conforme fizemos notar no correr deste estudo, os diversos debatedores das questões linguísticas brasileiras – aqui e além-mar – se articularam em uma luta pelo domínio dos instrumentos de produção e reprodução linguísticas (nos termos de Bourdieu, 2008). Apesar das divergências entre os debatedores e das contradições dos espaços sociocultural e político brasileiros, os instrumentos empenhados nessa luta são sempre os mesmos: tanto os que defendem a cultivação da língua portuguesa, quanto os que defendem a língua brasileira avaliam e classificam os usos linguísticos dos diversos falantes, atribuindo às variedades cultas do português o estatuto de língua, enquanto os usos linguísticos dos falantes não letrados são classificados como erros. É necessário reiterar que, à época, as análises ainda permaneciam vincadas nas propostas de hierarquização das raças, com base em características físicas detectáveis, elas mesmas apontadas como marcas de inferioridade de negros e mestiços (Wierviorka, 2007). Nesse processo, a língua socialmente legitimada tende a ser imposta como norma, por meio da qual se condiciona os demais grupos: “detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm, ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem” (BOURDIEU, 1977, p. 11).

Podemos dizer, por fim, que, na luta pela autoridade linguística, Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo, entre outros letrados, impõem valores e ideologias próprias de seus grupos sociais, que contribuem para a legitimação das hierarquias linguísticas, pela afirmação da crença na legitimidade das variedades cultas e na ilegitimidade das variedades usadas pelos grupos não letrados. Nessa disputa entre iguais, o que permanece em jogo é o monopólio da violência simbólica legítima. É certo que os debates se encaminham com base nesse interesse básico. Daí sua continuidade, apesar das mudanças nos quadros sociais.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade. In: _____.(Org). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. Reproduzido de BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, 34, maio 1977.
- _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008 [1987].
- _____. *O poder simbólico*. 12ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRITO, Paulino de. *Colocação de pronomes*. Paris: Allaud, 1907.
- _____. *Brasileirismos de colocação de pronomes – resposta ao sen. Cândido de Figueiredo*. Livraria Azevedo: Rio de Janeiro, 1908.
- CARNEIRO, Zenaide O. N. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. 327f. v. 1. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FIGUEIREDO, Cândido. *O problema da colocação de pronomes (suplemento às gramáticas portuguesas)*. Lisboa: Livraria Clássica, 1921 [1909].
- GALVES, Charlotte M. C.; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The Change in Clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. In: *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n.1, p. 39-67, 2005.
- GRAÇA, Heráclito. *Factos da linguagem: esboço crítico de alguns assertos do Snr. Cândido de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria de Viuva Azevedo, 1903.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira*. In: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, ENI (Org.) *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, p. 127-138, 1996.

- LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul.-dez. 2003.
- _____. Língua nacional, histórias de um velho surrão In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 215-46, 2008.
- LOBO, Tânia. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. 2001. Tese (Doutorado em Letras)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP. 2001
- MARIANI, Bethania; SOUZA, Tania. 1822, Patria independente. Outras palavras? In: *Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre*, v. 21, p. 43-51, 1994.
- MARTINS, Marco Antonio. *Competição de Gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. 327f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Linguística, UFSC, Florianópolis, SC.
- MULLER, Fernanda Suely. *Ruptura ou tradição? A crítica e a literatura portuguesa no jornal O Estado de São Paulo no pré-modernismo brasileiro: 1900-1911*. 2007. 251f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.
- OLIVEIRA, Marilza. Pluralismo na arena linguística. São Paulo. No prelo, 2011.
- PAGOTTO, Emilio G. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos 2*. São Paulo: Pontes, 1998.
- PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. A morfologia de flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. In: *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 8, p. 83-121, 2010.
- PIMENTEL PINTO, Edith. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1820/1920. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- _____. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1920/1945. Fontes para a teoria e história*. Rio de Janeiro: Livraria Técnica e Científica; São Paulo: EDUSP, 1981.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e C., 1881.
- RODRIGUES, João Paulo C. S. Tupifilia internacional: tupi, cientistas e viajantes no século XIX. In: Ivana Stolze Lima; Laura do Carmo. (Org.). *História Social da Língua Nacional*. Edições Casa Rui Barbosa: Rio de Janeiro, p. 327-349, 2008.
- SAID ALI, Manuel. *Difficuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.
- SANTOS SILVA, Hosana. *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. 2012. 380f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.
- SILVA, Hosana dos Santos; OLIVEIRA, Marilza de. Questões de língua no Brasil oitocentista. In: *Fórum Linguístico*. UFSC, Florianópolis, v. 12, p. 872-882, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1993].
- _____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39,, p.81-114, 2000.

WIERVIOKA, Michel. *Racismo: uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.